ISSN: 2358-8829

‘

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONTRIBUIÇÕES DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA

Jarliene Adeodata Ferreira [1]
Ana Beatriz Nascimento da Silva [2]
Márcia Geovana Lima Assunção [3]
Osmar Chaves da Cruz [4]
Frederico da Silva Bicalho [5]

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como princípio norteador das políticas educacionais e das práticas escolares, reafirmando o direito de todos os estudantes à aprendizagem com equidade. No entanto, a efetivação desse princípio ainda enfrenta desafios relacionados à organização curricular, à formação docente e às barreiras pedagógicas que limitam a participação plena dos estudantes público-alvo da educação especial e de outros grupos historicamente excluídos.

O fortalecimento da educação inclusiva como princípio legal e ético tem exigido das instituições escolares a reformulação de suas práticas pedagógicas, especialmente diante das transformações tecnológicas impulsionadas pela inteligência artificial (IA). Nesse cenário, torna-se fundamental refletir como as ferramentas digitais podem favorecer ou ampliar desigualdades educacionais, a depender das concepções pedagógicas que orientam sua utilização. O presente estudo discute as contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como abordagem teórico-metodológica

[1] Mestranda do Programa de Pós Graduação do Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade Estadual do Pará- UEPA, jarliene.ferreira@aluno.uepa.br;
[2] Mestranda do Programa de Pós Graduação do Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade Estadual do Pará- UEPA, anasilva202333@gmail.com;
[3] Especialista em Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial pelo Centro Universitário FAEL-UNIFAEL, marcia.geovana97@gmail.com
[4] Mestre em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia - UNAMA, osmar.chaves@yahoo.com.br;
[5] Professor Orientador, Doutor em Educação para Ciência pela Universidade Júlio de Mesquita Filho - UNESP, fredbicalho@uepa.br.

capaz de potencializar práticas pedagógicas na era da IA na Rede Municipal de Ensino de Castanhal – PA.

O DUA fundamenta-se na premissa de que o currículo deve ser planejado desde sua origem para atender à diversidade de estudantes, eliminando barreiras à aprendizagem e à participação. Inspirado nos princípios do desenho universal da arquitetura, o DUA propõe três eixos centrais: múltiplas formas de representação, múltiplas formas de ação, expressão e de engajamento. Tais princípios dialogam diretamente com as possibilidades oferecidas pela IA, como personalização do ensino, adaptação de conteúdos, recursos multimodais e feedback imediato. Objetivando analisar as contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) na construção de práticas pedagógicas inclusivas mediadas pela Inteligência Artificial, visando à promoção da equidade, da participação e da aprendizagem significativa de estudantes em contextos educacionais diversos.

Nesse sentido, a pesquisa vem discutir de que maneira os princípios do Desenho universal para a aprendizagem podem orientar o uso pedagógico da Inteligência Artificial na construção de práticas inclusivas que promovam a aprendizagem, a participação e a equidade em contextos educacionais diversos dos alunos da rede municipal de ensino de Castanhal – PA.

A pesquisa parte da compreensão de que a inclusão não se limita à presença física do estudante na escola, mas envolve a garantia de condições para sua participação efetiva e aprendizagem. Assim, investigar as práticas docentes e suas relações com o DUA e a IA poderá contribuir para a construção de conhecimentos e estratégias que favoreçam uma educação mais acessível e inclusiva.

Diante disso, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Como os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, articulados às possibilidades da Inteligência Artificial, podem contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas nas escolas públicas do município de Castanhal-PA?

METODOLOGIA

A presente pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com caráter descritivo, interpretativo e interventivo, tendo como foco a compreensão e o fortalecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas na Rede

Municipal de Ensino de Castanhal-PA, especialmente aquelas fundamentadas nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

O campo empírico principal da pesquisa foi constituído em uma escola pública do município de Castanhal-PA, selecionada em razão de sua relação com a temática investigada e das possibilidades de acompanhamento das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar. A investigação buscou compreender como os profissionais da educação percebem e desenvolvem práticas inclusivas, bem como identificar possibilidades de articulação entre os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem e o uso pedagógico de recursos tecnológicos e de Inteligência Artificial.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender as práticas pedagógicas a partir do contexto em que são desenvolvidas, considerando as experiências, percepções, conhecimentos e desafios vivenciados pelos profissionais da educação.

Nesse sentido, a pesquisa não parte da perspectiva de introduzir o DUA como uma prática desconhecida pelas escolas do município, mas de reconhecer que essa abordagem já vem sendo discutida pela Rede Municipal de Ensino, inclusive por meio de ações formativas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação. Dessa forma, pretende-se investigar como os princípios do DUA pretende-se ser incorporados ao cotidiano escolar, dessa forma visando quais práticas serão desenvolvidas e quais aspectos serão fortalecidos.

Essa perspectiva é coerente com estudos brasileiros que apontam o DUA como uma abordagem capaz de favorecer práticas pedagógicas que considerem a diversidade presente nas salas de aula referência, bem como com pesquisas que evidenciam a importância da formação continuada e da colaboração entre os profissionais para sua efetivação.

O DUA será compreendido, portanto, como uma abordagem que busca ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem de todos os estudantes, considerando diferentes formas de engajamento, representação, ação e expressão.

A pesquisa será realizada no contexto da Rede Municipal de Ensino de Castanhal-PA, considerando diferentes etapas e modalidades da educação básica, com atenção especial às práticas desenvolvidas nas escolas de Educação Infantil.

ISSN: 2358-8829

O município vem desenvolvendo ações voltadas à perspectiva da educação em geral, buscando orientar as práticas pedagógicas para além do atendimento individualizado aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Nesse contexto, o DUA vem sendo trabalhado como uma possibilidade de organização do ensino que contempla a diversidade existente nas turmas regulares, considerando as especificidades, potencialidades, necessidades e diferentes formas de aprendizagem dos estudantes.

Assim, a perspectiva adotada pela pesquisa compreende que uma prática pedagógica fundamentada no DUA não se destina exclusivamente aos estudantes incluídos, mas pode beneficiar as turmas regulares, uma vez que parte do reconhecimento de que os estudantes aprendem e participam de maneiras diversas.

Essa concepção está de acordo com a própria fundamentação do DUA, que propõe o planejamento de oportunidades de aprendizagem acessíveis e significativas para a diversidade dos estudantes, e não apenas a realização posterior de adaptações individualizadas.

A metodologia foi organizada em três momentos interdependentes.

O primeiro momento formativo será direcionado à retomada dos fundamentos da educação geral e do Desenho Universal para a Aprendizagem, estabelecendo uma relação direta entre os conhecimentos teóricos e as experiências já vivenciadas pelos profissionais da Rede Municipal de Ensino. A intenção será promover um espaço de diálogo no qual os participantes possam compartilhar suas compreensões acerca do DUA, reconhecer estratégias que já utilizam em suas práticas e refletir sobre situações em que ainda encontram dificuldades para garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Nesse processo, o DUA será compreendido como uma abordagem que favorece o planejamento de experiências educativas, considerando desde o início, a diversidade existente nas salas de referência, contemplando diferentes possibilidades de engajamento, representação, ação e expressão.

Em um segundo momento, a formação buscará aprofundar a relação entre os princípios do DUA e o cotidiano das escolas, considerando que as práticas inclusivas não devem estar restritas aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Ao contrário, a perspectiva do desenho universal possibilita pensar uma organização pedagógica que considere as diferentes formas de aprender, participar e se expressar presentes em uma mesma turma. Assim, serão analisadas situações concretas do cotidiano escolar,

ISSN: 2358-8829

permitindo que os professores reflitam sobre seus planejamentos, recursos, estratégias metodológicas e formas de avaliação, antecipando a identificação de possíveis barreiras, buscando alternativas que favoreçam a participação de todos os estudantes. Essa abordagem será considerada tanto nas turmas regulares quanto nas especificidades da Educação Infantil, respeitando as características de cada etapa da educação básica.

Em continuidade, a formação contemplará a relação entre o DUA e a Educação Infantil, considerando as especificidades dessa etapa, na qual o processo educativo ocorre de maneira articulada às experiências, às interações, às brincadeiras, à exploração do ambiente e às diferentes formas de comunicação e expressão das crianças. Nesse contexto, serão discutidas possibilidades de organização dos espaços, materiais, propostas pedagógicas e experiências de aprendizagem que permitam diferentes formas de participação das crianças. A intenção será fortalecer uma concepção de inclusão que esteja presente no planejamento cotidiano e não apenas em ações direcionadas individualmente às crianças que apresentam alguma necessidade específica.

Posteriormente, será trabalhada a articulação entre o Desenho Universal para a Aprendizagem, as tecnologias digitais e a inteligência artificial. Essa discussão partirá do reconhecimento de que os recursos tecnológicos já fazem parte do cotidiano educacional e podem ampliar as possibilidades de planejamento e elaboração de materiais pedagógicos. A inteligência artificial será compreendida como um recurso complementar ao trabalho docente, podendo contribuir para a elaboração e diversificação de atividades, adaptação de linguagem, criação de recursos visuais e textuais, organização de sequências didáticas e proposição de diferentes formas de apresentação dos conteúdos e de expressão dos estudantes. Entretanto, seu uso será discutido de maneira crítica e responsável, considerando que a utilização da tecnologia deverá estar subordinada à intencionalidade pedagógica do professor, à realidade dos estudantes e aos princípios éticos relacionados à autoria, à privacidade, à proteção de dados e à qualidade das informações produzidas.

Por fim, a formação buscará articular os conhecimentos construídos ao longo dos encontros com as práticas efetivamente desenvolvidas pelos professores nas escolas. Nesse momento, os participantes serão estimulados a revisitar atividades, planejamentos e estratégias que já utilizam em seu cotidiano e, a partir dos princípios do DUA, identificar possibilidades de aperfeiçoamento. A proposta será valorizar aquilo que os profissionais já realizam, reconhecendo os saberes construídos na experiência e promovendo um movimento de reflexão sobre a própria prática. Dessa forma, a formação será concebida

como um processo contínuo de ação, reflexão e ressignificação da prática pedagógica, no qual o professor não será colocado como mero receptor de conhecimentos, mas como sujeito participante da construção de alternativas para o fortalecimento da educação.

Nesse sentido, os momentos formativos estarão articulados entre si e serão desenvolvidos de maneira progressiva, partindo do conhecimento e das experiências já existentes na Rede Municipal de Ensino, avançando para a identificação das barreiras e necessidades formativas e, posteriormente, para a construção coletiva de possibilidades de fortalecimento das práticas pedagógicas. A intenção não será substituir as ações que já vêm sendo realizadas pelo município, mas contribuir para sua continuidade, sistematização e ampliação, especialmente diante dos desafios relacionados à formação continuada dos profissionais e às novas possibilidades proporcionadas pelas tecnologias digitais e pela inteligência artificial.

Essa organização também permite que a pesquisa assuma uma perspectiva colaborativa, uma vez que os conhecimentos produzidos não serão construídos exclusivamente pelos pesquisadores, mas a partir do diálogo com os profissionais e da análise das experiências concretas desenvolvidas nas escolas. Desse modo, a formação continuada constituirá, simultaneamente, um espaço de aprendizagem, investigação e reflexão sobre as práticas pedagógicas inclusivas existentes na Rede Municipal de Ensino de Castanhal.

A metodologia será organizada em cinco etapas interdependentes: Diagnóstico Pedagógico; Planejamento das Práticas Inclusivas; Implementação das Práticas; Observação e Coleta de Dados e Análise dos Dados. Embora apresentadas em uma sequência metodológica, essas etapas serão compreendidas como momentos articulados e dinâmicos, característicos da pesquisa-ação, permitindo que os resultados produzidos em uma etapa possam subsidiar decisões e ajustes nas etapas seguintes.

A primeira etapa, denominada Diagnóstico Pedagógico, constituirá o momento de aproximação sistemática com a realidade da escola e com as práticas desenvolvidas pelos professores. Nessa fase, serão levantadas informações sobre as estratégias pedagógicas utilizadas, os recursos empregados, as formas de participação dos estudantes, as dificuldades encontradas pelos docentes e as experiências já existentes relacionadas à educação inclusiva e aos princípios do DUA. O diagnóstico terá como finalidade compreender o ponto de partida da pesquisa, evitando a proposição de ações desvinculadas da realidade escolar. Para isso, serão consideradas as informações obtidas

por meio dos questionários, entrevistas, observações e registros realizados no cotidiano das escolas.

A partir do diagnóstico, será desenvolvida a segunda etapa, correspondente ao Planejamento das Práticas Inclusivas. Essa fase será orientada pelos dados produzidos anteriormente e terá como objetivo estabelecer, de forma articulada com os professores participantes, possibilidades de utilização e/ou aprimoramento de estratégias pedagógicas fundamentadas nos princípios do DUA. O planejamento considerará a necessidade de oferecer diferentes possibilidades de acesso aos conteúdos, participação nas atividades e demonstração das aprendizagens, respeitando as características e necessidades dos estudantes. Dessa maneira, as estratégias não serão definidas de forma padronizada, mas construídas a partir das demandas identificadas no contexto investigado.

A terceira etapa será a Implementação das Práticas Inclusivas, na qual as estratégias planejadas serão desenvolvidas no contexto das aulas das turmas regulares. Essa implementação ocorrerá considerando as condições reais da escola, os recursos disponíveis, a organização das turmas e as especificidades dos estudantes. O desenvolvimento das atividades será compreendido como um processo flexível, permitindo ajustes diante das situações encontradas durante a prática. Nesse sentido, a pesquisa-ação possibilitará que a implementação seja acompanhada por momentos de reflexão e reorganização, evitando uma aplicação rígida das estratégias inicialmente planejadas.

Paralelamente à implementação, será desenvolvida a quarta etapa, denominada Observação e Coleta de Dados. Essa etapa terá caráter contínuo, uma vez que o acompanhamento das práticas será realizado durante o processo de desenvolvimento das ações. A observação participante possibilitará registrar as interações estabelecidas, as formas de participação dos estudantes, as estratégias utilizadas pelos professores, os recursos pedagógicos mobilizados, as dificuldades encontradas e as adaptações realizadas. Os registros em diário de campo constituirão importante fonte para documentar aspectos do cotidiano escolar que nem sempre são contemplados pelos demais instrumentos de pesquisa.

A coleta de dados também envolverá a aplicação de questionários semiestruturados e a realização de entrevistas com os participantes, buscando compreender suas percepções acerca das práticas inclusivas e dos princípios do DUA. A combinação desses instrumentos permitirá estabelecer relações entre aquilo que os

participantes relatam, aquilo que é planejado e que efetivamente ocorre durante as práticas pedagógicas.

A quinta etapa será constituída pela Análise dos Dados, realizada após a organização e sistematização das informações produzidas ao longo da investigação. Os dados serão analisados de maneira interpretativa, considerando as categorias e os objetivos estabelecidos na pesquisa. Para a análise das informações provenientes das entrevistas, questionários, observações e registros de campo, será utilizada a análise de conteúdo, buscando identificar unidades de sentido, recorrências, aproximações, diferenças, desafios e potencialidades presentes nos dados.

A análise será realizada de forma articulada ao referencial teórico que fundamenta a pesquisa, embasado aos estudos relacionados à educação inclusiva, ao Desenho Universal para a Aprendizagem, e à formação de professores. Dessa maneira, os dados empíricos não serão analisados de forma isolada, mas colocados em diálogo com os pressupostos teóricos que orientam a investigação, possibilitando uma interpretação crítica da realidade pesquisada.

O percurso metodológico permitirá, portanto, estabelecer um movimento contínuo entre diagnóstico, planejamento, ação, observação, reflexão e análise, característico da pesquisa-ação. Esse movimento possibilitará compreender como os princípios do DUA se manifestam nas práticas pedagógicas já desenvolvidas no contexto da rede municipal de ensino e, ao mesmo tempo, identificar possibilidades de fortalecimento dessas práticas no contexto escolar.

A pesquisa observará, ainda, os princípios éticos aplicáveis às investigações envolvendo seres humanos. Antes do início da produção dos dados, serão observados os procedimentos necessários à apreciação ética da pesquisa, bem como a apresentação dos objetivos aos participantes, o esclarecimento quanto à participação voluntária e a garantia de confidencialidade das informações. Os participantes serão identificados de maneira que sua identidade seja preservada na apresentação e divulgação dos resultados.

Desse modo, a metodologia proposta busca articular rigor científico, participação dos sujeitos e compromisso com a realidade educacional investigada.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Inclusiva fundamenta-se no princípio de que a escola deve atender a todos os estudantes, reconhecendo a diversidade como característica constitutiva do processo educativo. Não se trata apenas de garantir acesso físico à escola, mas de assegurar participação, aprendizagem e permanência com qualidade.

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reafirma o direito dos estudantes público-alvo da educação especial à escolarização no ensino regular, com oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte complementar.

De acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan, a inclusão exige a transformação da escola e de suas práticas pedagógicas, superando modelos seletivos e homogeneizadores. Para a autora, a diferença não deve ser vista como obstáculo, mas como elemento estruturante da prática educativa.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Lev Vygotsky contribui ao afirmar que o desenvolvimento ocorre por meio da mediação social e da interação. Tal concepção reforça a necessidade de práticas pedagógicas que promovam apoio, colaboração e flexibilização curricular.

Assim, o DUA implica reorganizar currículo, avaliação e metodologias, deslocando o foco da adaptação individual para a eliminação de barreiras estruturais à aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises indicam que o modelo tradicional de ensino, centrado na transmissão de conteúdos, representa um obstáculo para a consolidação de práticas inclusivas, pois reduz as oportunidades de participação ativa dos alunos e pouco valoriza suas singularidades. Nesse cenário, a promoção de ambientes de aprendizagem acessíveis e a construção de currículos flexíveis mostram-se como elementos fundamentais para garantir o direito à aprendizagem de todos.

Verificou-se ainda que a inclusão deve ser compreendida como um compromisso coletivo, envolvendo gestores, professores, famílias e a comunidade escolar, sendo necessária uma mudança de concepção que reconheça a diversidade como característica

inerente ao ambiente educacional. Constatou-se também que a Inteligência Artificial ainda é pouco explorada nas discussões pedagógicas, o que favorece percepções equivocadas e limita seu potencial como ferramenta de apoio ao ensino em geral.

À luz dos princípios da Declaração de Salamanca, os achados reforçam a necessidade de reorganização das práticas pedagógicas, com adoção de estratégias diversificadas que possibilitem a aprendizagem conjunta, respeitando ritmos, necessidades e especificidades dos estudantes. Esses resultados subsidiam a continuidade das análises empíricas, permitindo o aprofundamento das reflexões sobre a articulação entre teoria e prática pedagógicas.

As múltiplas formas de representação (texto, áudio, recursos visuais e adaptação linguística com apoio de IA) possibilita contribuir para maior compreensão dos conteúdos, especialmente entre estudantes com dificuldades de leitura.

A flexibilização das formas de expressão amplia a participação dos estudantes que poderão apresentar resistência à escrita tradicional demonstrando avanços ao utilizar gravações orais e produções digitais, confirmando o segundo princípio do DUA.

Os achados poderão corroborar com os pressupostos do DUA ao demonstrar que a eliminação de barreiras no planejamento favorece a equidade. Ao mesmo tempo, evidenciando que a IA não substitui o professor, mas amplia suas possibilidades de intervenção pedagógica.

A educação inclusiva ainda é compreendida de forma limitada no contexto escolar, sendo frequentemente associada apenas a adaptações pontuais de atividades e avaliações. Observou-se que essa visão restrita contribui para a confusão entre educação especial e educação inclusiva, dificultando a implementação de práticas pedagógicas que contemplem todos os estudantes de maneira equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permite compreender que a efetivação da educação inclusiva em uma escola de educação infantil no município de Castanhal – PA, ainda se constitui como um desafio significativo, especialmente no que se refere à consolidação de seus fundamentos teóricos e à materialização de práticas pedagógicas coerentes com seus princípios. A inclusão ainda ocorre de maneira fragmentada, muitas vezes confundida

com a educação especial ou restrita a adaptações isoladas, sem integração ao planejamento pedagógico.

Fatores como a intransigência curricular, a insuficiência de formação continuada e a ausência de planejamento colaborativo entre os profissionais da educação dificultam a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos. Em contrapartida, as experiências consideradas exitosas tendem a demonstrar relação direta com o compromisso institucional, com a valorização da diversidade humana e com a adoção de práticas pedagógicas fundamentadas no Desenho Universal para a Aprendizagem, favorecendo maior participação e equidade nos processos de aprendizagem.

A análise dos dados, articulada aos referenciais teóricos, reforça que a inclusão não pode ser compreendida como um conjunto de ações pontuais, mas como uma transformação estrutural que exige mudanças de concepção, organização e cultura escolar. Garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes implica reconhecer a diversidade como característica constitutiva do ambiente educacional e promover práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e sensíveis às múltiplas formas de aprender.

Destaca-se, ainda, que a consolidação de uma educação inclusiva demanda um esforço coletivo que ultrapassa os limites da escola, envolvendo políticas públicas consistentes, formação docente permanente, gestão escolar comprometida e participação ativa das famílias e da comunidade. Nesse contexto, a inclusão deixa de ser apenas um princípio legal e passa a configurar-se como um compromisso ético, social e político com a equidade e a justiça social.

Por fim, a percepção de desconfiança ou inadequação dessa tecnologia revela lacunas formativas e reforça a necessidade de ampliar discussões e investimentos em formação, de modo a reconhecer o potencial da IA como ferramenta de apoio à personalização do ensino e ao fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Dessa forma, conclui-se que avançar na perspectiva da educação inclusiva requer não apenas adequações metodológicas, mas uma profunda ressignificação das concepções que orientam o fazer pedagógico, permitindo que a escola se constitua, efetivamente, como um espaço de aprendizagem para todos.

A articulação entre Inteligência Artificial e Desenho Universal para a Aprendizagem mostrou-se estratégia promissora para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas, indicando que a tecnologia pode favorecer participação,

autonomia e flexibilização curricular quando orientada por fundamentos pedagógicos sólidos.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 3.0. Wakefield, MA: CAST, 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. Universal Design for Learning: theory and practice. Wakefield, MA: CAST Professional Publishing, 2014.

POULIN, Jean-Robert. Da incapacidade à capacidade: uma perspectiva da deficiência baseada na participação.

RODRIGUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.